

Constituinte decidirá duração do mandato, diz Ulysses

HERMANO ALVES

Repórter da Sucursal de Brasília

"A duração do mandato do atual presidente da República será determinada pela futura Assembléia Nacional Constituinte" — disse o deputado Ulysses Guimarães, 68, presidente da Câmara e também do PMDB, a este repórter, acrescentando:

"Os partidos e forças que organizaram a Aliança Democrática fizeram um acordo nesse sentido. E este acordo foi publicado e defendido em comícios pelos políticos mais expressivos da AD, a começar pelo presidente Tancredo Neves. É natural, portanto, que o PMDB sustente este acordo e trabalhe para que se cumpram todas as promessas da campanha de Tancredo Neves e José Sarney, que o Brasil inteiro conhece" — frisou Ulysses.

Por sua vez, o líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, deputado pela Bahia, desmentiu que o ex-candidato à Presidência da República, Paulo Maluf, tenha interesse na antecipação das eleições diretas para a presidente.

Fixar o mandato

"A meta do PDS é a Constituinte", informou. "Não queremos de modo algum contribuir para desestabilizar o quadro político. Achamos que seria conveniente fixar-se logo o mandato de quatro anos para José Sarney, para que não haja dúvidas. Isso, como bem demonstrou o senador Ernani do Amaral Peixoto (PDS-RJ), pode ser feito através de emenda à Constituição, aprovada por maioria de dois terços", concluiu o deputado.

Edson Lobão (PDS-MA) acha que há virtual consenso em tor

garantir-se o mandato quadrienal para Sarney, "como, aliás, faríamos com Tancredo, se não tivesse falecido", para impedir "manobras desestabilizadoras". Aliás, o PDS fez uma consulta à sua bancada e mais de 60% das respostas foram contrárias à redução do mandato de Sarney e à convocação de um pleito direto para presidente da República em 1985.

O PDS julga que precisa de mais dois anos para reorganizar-se em todo o território nacional e também que não é do interesse de Paulo Maluf, seu candidato em potencial, enfrentar em tão curto prazo outra campanha presidencial. O vice-líder Amaral Neto (RJ) torna claro que se opte "a toda manobra que cheire a golpismo ou que possa incitar ao golpismo". Amaral que se declara "vacinado contra aventuras", comunicou a sua posição a Ulysses Guimarães, que, segundo ele, "mostrou-se muito satisfeito".

Problemas mais urgentes

O professor e ex-capitão Heitor de Aquino, assessor e conselheiro de Paulo Maluf, acha que as notícias sobre a possível antecipação do pleito presidencial para 85 ou 86 "são exageradas". Para ele, os conflitos que irrompem na Aliança Democrática são, por enquanto, "fenômenos de acomodação". Adverte contra ações desestabilizadoras, dizendo que o país tem problemas mais urgentes do que a discussão do mandato de Sarney.

José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara, acha que todo mundo tem o direito de expor a tese política que mais lhe agrade, mas concorda com o ponto de vista de Ulysses Guimarães de que houve um acordo

entre as principais forças vitoriosas sob a égide de Tancredo Neves e que esse acordo deve ser cumprido à risca. Como Ulysses, acredita que "toda a ênfase deve ser dada às reformas urgentes, às medidas de emergência para a recuperação econômica e o desenvolvimento social e para a convocação da Assembléia Nacional Constituinte dentro da cronologia do falecido presidente".

Divergências

Quanto às divergências entre PMDB e PFL no próximo pleito para a escolha de prefeitos das capitais, municípios de segurança nacional e estâncias hidro-minerais, lembra que "os antigos PTB e PSD viviam disputando no plano local mas conseguiram manter uma sólida aliança no plano nacional e nós podemos fazer o mesmo". E acrescenta:

"Nem Aureliano Chaves, ministro de Minas e Energia, levantou dúvidas sobre o mandato de Sarney, nem é do interesse do PFL ou do PMDB que o assunto seja discutido. O essencial é cumprir o programa da AD, o programa de Tancredo que o povo aprovou por esse país afora, durante a campanha, confirmando-o nos dias de vigília nacional e nas manifestações após a sua morte".

Fernando Santana (PMDB-BA), por seu lado, julga que "discutir-se agora a duração do mandato de Sarney e a conveniência de um pleito direito é puro academicismo". Para ele, trata-se de um velho hábito de trocar o substantivo pelo o acessório. "O substantivo é a nova Constituição", diz Santana, "e as forças progressistas devem articular-se e trabalhar muito, num trabalho colossal, para garantir grandes conquistas

sociais, e partindo do pressuposto de que terão dificuldades em contar com os meios de comunicação de massa".

"Brigar por causa do mandato de Sarney — acrescenta — a esta altura em que ele está comprometido totalmente com o programa de Tancredo, é perder tempo e latim. O essencial é a Constituinte que, entre outras coisas, pode fixar o mandato de Sarney".

Constituinte

Também Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) é da opinião de que "o mandato de Sarney não está realmente em discussão mas a Constituinte, sim", dizendo que a campanha das "diretas-já" tinha sentido em 1984, produziu como resultado "o extraordinário fenômeno Tancredo Neves" que permitiria a fixação de um cronograma para as reformas sociais, econômicas, políticas e constitucionais.

Uma voz solitária, a do deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), ergueu-se ontem na Câmara — em curto discurso — para sustentar a necessidade das diretas-já, com a maior rapidez possível, afirmando que somente assim o presidente José Sarney legitimaria o seu mandato. A sua tese não encontrou apoio nas bancadas do PFL, do PTB, do PDS, do PMDB e nem mesmo do PDT, o partido presidido pelo governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro. Alguns deputados preferiam comentar, com uma ponta de ironia, a visita que os dirigentes do Partido Comunista do Brasil faziam, naquela tarde, ao presidente José Sarney, para apoiá-lo e para solicitar providências para a legalização dos partidos clandestinos.